

## ENTRE O PANORÂMICO E O RECÔNBITO NAS DINÂMICAS PAISAGÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS

**Dirceu Cadena<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Fortaleza, CE, Brasil



**Mariana Vieira de Brito<sup>2</sup>**

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET)  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Enviado em 14 jun. 2023 | Aceito em 27 out. 2023

**Resumo:** O caráter visual da paisagem foi alvo de críticas por parte dos geógrafos ao longo do século XX, contribuindo com a pouca utilização desse conceito na compreensão dos fenômenos políticos. O objetivo do presente artigo é discutir como a tensão entre proximidade e distância possibilita refletirmos sobre os usos políticos das visualidades a partir de paisagens panorâmicas e recônditas. A análise de casos envolvendo o Farol do Mucuripe, em Fortaleza (CE) e a Região da Pequena África, no Rio de Janeiro (RJ), permite compreender como a mobilização de paisagens específicas por diferentes grupos auxilia no estabelecimento das ações políticas. Assim, compreendemos a paisagem não como um simples cenário ou apenas uma feição de outros processos, mas um elemento ativo no exercício das práticas políticas contemporâneas realizadas com base no caráter visual.

**Palavras-Chave:** Paisagem Política; Farol do Mucuripe; Pequena África; Boulevard Olímpico; Fortaleza (CE); Rio de Janeiro (RJ)

### BETWEEN THE PANORAMIC AND THE RECONDITE IN CONTEMPORARY LANDSCAPE DYNAMICS

**Abstract:** The visual character of the landscape was criticized by geographers throughout the 20th century, contributing to the little use of this concept to understand political phenomena. The objective of this article is to discuss how the tension between proximity and distance allows us to reflect on the political uses of visualities based on panoramic and recondite landscapes. The analysis of cases involving the Mucuripe Lighthouse, in Fortaleza (CE) and the Little Africa Region, in Rio de Janeiro (RJ), allows us to understand how the mobilization of specific landscapes by different groups helps in the establishment of political actions. Thus, we understand the landscape not as a simple setting or just a feature of other processes, but an active element in the exercise of contemporary political practices carried out based on the visual character.

**Keywords:** Political Landscape; Mucuripe Lighthouse; Little Africa; Olympic Boulevard; Fortaleza (CE); Rio de Janeiro (RJ)

### ENTRE LE PANORAMIQUE ET LE RECONDITE DANS LES DYNAMIQUES PAYSAGISTES CONTEMPORAINES

**Résumé :** Le caractère visuel du paysage a été critiqué par les géographes tout au long du Xxe siècle, contribuant au peu d'utilisation de ce concept pour comprendre les phénomènes politiques. L'objectif de cet article est de discuter comment la tension entre proximité et distance permet de réfléchir aux usages politiques des visualités basées sur des paysages panoramiques et des paysages recôndites. L'analyse des cas du Phare de Mucuripe, à Fortaleza (CE) et de la région de la Petite Afrique, à Rio de Janeiro (RJ), permet de comprendre comment la mobilisation de paysages par différents groupes contribue à l'établissement de actions politiques. Nous comprenons le paysage comme un élément actif dans l'exercice de pratiques politiques contemporaines menées sur la base du caractère visuel.

**Mots-clés:** Paysage politique ; Phare de Mucuripe ; Petite Afrique ; Boulevard olympique ; Fortaleza (CE); Rio de Janeiro (RJ)

1. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Geografia pela UFPE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6601-3646>. E-mail: [dirceucadena@gmail.com](mailto:dirceucadena@gmail.com)
2. Doutora, Mestra e Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6461-4149>. E-mail: [marianavieiradebrito@gmail.com](mailto:marianavieiradebrito@gmail.com)

## Introdução

A dinâmica urbana contemporânea apresenta novos desafios para os geógrafos interessados no conceito de paisagem. Por um lado, é cada vez mais recorrente a mobilização de paisagens por movimentos sociais interessados em influenciar a agenda política (Brito; Cadena, 2022), por outro lado, o termo paisagem também tem aparecido em instrumentos de regulamentação urbanística, patrimonial e ambiental (Ribeiro, 2018). Essas mobilizações contemporâneas expressam a crise das concepções de cunho ornamental e pictórico da paisagem, impondo a construção de novos questionamentos sobre o conceito.

Apesar da crise dessas tradições, certas tensões ainda permanecem relevantes. Como aponta Wylie (2007), os usos contemporâneos da paisagem estão envoltos por discussões pautadas em dicotomias recorrentes como a estabelecida entre proximidade e distância. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é discutir como a tensão entre proximidade e distância possibilita refletirmos sobre os usos políticos das visualidades a partir do estabelecimento de paisagens panorâmicas e recônditas. Discutiremos como paisagens estabelecidas a partir da configuração espacial de objetos e representações contribuem para ações políticas dos atores envolvidos com a transformação material e simbólica de áreas das metrópoles contemporâneas.

Entendemos o conceito de paisagem como uma encruzilhada constituída pela seleção de elementos materiais e simbólicos capazes de mobilizar grupos e orientar decisões políticas (Maciel, 2005). Como uma “maneira de olhar”, a paisagem se constitui a partir da interpretação articulada de imagens e formas concretas do espaço no estabelecimento de dinâmicas paisagísticas, isto é, ela orienta as relações sociais ocorridas nos espaços a partir da visualidade. Assim, longe de ser um aspecto passivo das ações políticas, as dinâmicas paisagísticas contemporâneas estabelecidas entre o observador e os componentes materiais e simbólicos tem capacidade de balizar as práticas dos diferentes grupos existentes na sociedade. Compreendemos no presente texto que a partir do jogo entre proximidade e distância diferentes estratégias de mobilização paisagísticas são arrançadas na constituição de paisagens políticas.

Ao serem mobilizadas por grupos variados, as paisagens tornam-se capturas intencionais dos elementos consolidados nos espaços públicos, apresentando dimensões relacionadas às configurações espaciais e simbólicas, constituindo-se em paisagens panorâmicas ou recônditas. Demonstraremos a partir dos casos envolvendo as ressignificações do Farol do Mucuripe, em Fortaleza (CE) e na Região da Pequena África, localizada no Rio de Janeiro (RJ) como as diferentes dimensões de uma paisagem orientam as ações políticas realizadas nos espaços das metrópoles contemporâneas.

## Paisagem: dinâmicas panorâmicas e recônditas da visualidade

A dinâmica paisagística contemporânea coloca em crise a tradição renascentista relacionada ao conceito de paisagem, existente desde o século XVI a partir da invenção da técnica da perspectiva nos Países Baixos (Cauquelin, 2007). Atualmente o conceito tem sua polissemia ampliada, ao ser compreendido como um recurso de práticas urbanísticas diversas ou, numa perspectiva mais ampla, um instrumento para as estratégias de ordenamento espacial (Besse, 2014).

Apesar das diversas críticas atribuídas ao caráter visual, a ampliação do entendimento de paisagem não retirou do conceito sua dimensão visual, sendo essa persistência nas práticas políticas contemporâneas reveladora da necessidade de refletir densamente sobre a paisagem. Nesse sentido, apesar de indicarem novas portas de entrada para o tratamento das questões paisagísticas,

utilizações contemporâneas da paisagem mantêm o caráter visual como elemento central e convocam os geógrafos a rever críticas consolidadas sobre o conceito.

Incorporada na geografia a partir da noção de fisionomia e por seu caráter integrador dos elementos da sociedade e da natureza, o conceito de paisagem foi ao longo do século XIX e início do XX tratado por uma perspectiva de paisagem-cenário. Nessa abordagem, a paisagem seria a expressão visual dos diferentes gêneros de vida analisados a partir das formas espaciais, como nos trabalhos de Vidal de La Blache e de Jean Brunhes (Besse, 2006), ou uma captura intencional tomada à distância para analisar as transformações de processos naturais e culturais em uma determinada área, como desenvolvida por Carl Sauer e seus seguidores.

Como observa Benediktsson (2007), uma primeira crítica a essas abordagens visuais da paisagem considerou a ideia de paisagem-cenário uma abordagem simplista e superficial do conceito. Para alguns geógrafos, ao ser entendida como um cenário capturado à distância por um observador neutro, a paisagem estaria reduzida ao estudo das formas materiais e submissa a ditadura da visão. Os trabalhos dessa abordagem foram classificados como ausentes de reflexão mais profunda sobre os processos estruturantes do mundo, bem como da existência de diferentes sentidos envolvidos na apreensão paisagística.

Para os críticos de base marxistas, a paisagem seria uma simples expressão visual das materialidades existentes, incapaz de analisar as funções, processos e estruturas envolvidas com a produção do espaço geográfico. O conceito poderia ser utilizado apenas como ponto de partida para uma aproximação do objeto de estudo e os trabalhos de La Blache, dentre outros, foram alvos recorrentes de comentários por sua abordagem essencialmente pictórica. Para os críticos da tradição vidalina, a paisagem-cenário pautada na fisionomia é simplista, superficial e pautada em descrições voltadas apenas ao consumo turístico de massa (Lacoste, 1977). Para Milton Santos, a paisagem vidalina é destituída de conflitos, pois ela seria tomada apenas como retrato momentâneo do que a vista alcança ou uma simples materialidade capturada por um observador em um momento específico, sendo, portanto, um conceito secundário para a geografia (Santos, 1997 e 1996). Como comenta Ribeiro (2020), ao estabelecer uma forma de compreender o mundo a partir da análise do meio técnico-científico-informacional com o suporte dos conceitos de espaço e território, Milton Santos negligenciou o caráter conflitivo da paisagem, limitando as possibilidades de utilizações do conceito para compreender os fenômenos políticos.

Já os geógrafos vinculados as abordagens humanistas consideraram a paisagem-cenário limitante para a apreensão dos outros sentidos atuantes nas composições paisagísticas. Partindo de uma recuperação histórica do conceito, os trabalhos desse grupo buscam superar a descrição dos atributos visuais pela adição de elementos sonoros, olfativos, táteis, etc. Para os humanistas, em suas diversas vertentes, a abordagem tradicional de paisagem estaria pautada numa relação distanciada entre o observador e o que é visto, aspecto necessário de superação por uma abordagem sinestésica. Nessa linha, o conceito torna-se uma experiência de vida e possibilitaria a aproximação de perspectivas fenomenológicas à ciência geográfica (Gomes, 2018; Torres, 2019; Ponte, 2020).

Um segundo grupo de críticos das perspectivas visuais da paisagem acusam o conceito de mascarar entendimentos pretéritos vinculados ao termo. Para Olwig (2002), as utilizações pré-modernas da paisagem seriam muito mais políticas do que simplesmente vinculadas ao aspecto pictórico estabelecido na modernidade. Já para Cosgrove (2004), a ideia original do termo *landschaft* faria referência a uma delimitação política de áreas isoladas e pouco atrativas para os interesses das aristocracias. Para os seguidores dessa linha, a valorização de uma perspectiva estética da paisagem serviu para ocultar determinadas relações sociais e garantir o controle de regiões por lideranças políticas nacionais, dando origem a longos estudos sobre a etimologia do conceito.

Por fim, um terceiro grupo de críticos do caráter estético da paisagem é formado por autores vinculados à linha da “Ecologia da Paisagem”, compreendendo o conceito como um sistema territorial de formações naturais e antrópicas. Na busca por uma análise completamente neutra, autores como Carl Troll, Viktor Sotchava, Georges Bertrand, entre outros, desconsideram de seus estudos os aspectos relacionados à fruição estética da paisagem em detrimento da delimitação de recortes de áreas identificados por características quantitativas (Nascimento e Sampaio, 2004). Para essa linha, as características estéticas da paisagem foram utilizadas como argumentos para orientar a construção de paradigmas preservacionistas e reforçar a distinção entre sociedade e natureza (Diegues, 2008), cabendo ao geógrafo delimitar zoneamentos paisagísticos mais precisos como meio de contribuir com a gestão de áreas naturais (Rodríguez, Silva, Cavalcanti, 2002).

As críticas destinadas ao caráter visual da paisagem possuem pontos interessantes, porém tomam como base dois aspectos que limitam a compreensão das dinâmicas paisagísticas contemporâneas: Em primeiro lugar, o conjunto de críticas às perspectivas visuais desconsideram as possibilidades políticas da estética paisagística. Em segundo lugar, essas críticas associam o conceito de paisagem-cenário às composições unicamente panorâmicas, restringindo a escala de entendimento do conceito.

Em relação ao primeiro aspecto, é importante destacar que paisagens-cenários foram bastantes utilizadas por impérios para consolidar os Estados Modernos e estabelecer diferentes identidades nacionais após o século XVIII (Thièsse, 2014). Cosgrove (1998) reconhece essas mobilizações ao analisar como distintas paisagens foram utilizadas para legitimar formas de controle político e conferir um sentido harmônico em territórios de intensos conflitos de classe.

No período contemporâneo as mobilizações de paisagens por grupos políticos se expandem para além das construções pictóricas produzidas pelos poderes instituídos. Práticas urbanísticas insurgentes estabelecem paisagens políticas a partir de mobilizações de composições visuais variadas e produzem contestações por meio de estratégias de visibilidade diversas, como a prática artística, a ocupação de espaços públicos, ou mesmo ataques às formas consideradas ofensivas para a história de minorias. A partir da mobilização de aspectos materiais e simbólicos por grupos não representados nos espaços de decisão institucional o exercício de cidadanias paisagísticas é praticado (Barbosa, 2020). Nesses movimentos, elementos significativos nos espaços urbanos e seus aspectos simbólicos são contestados e, muitas vezes, transformados (Brito; Cadena, 2022).

Além dessas ações insurgentes, grupos instituídos também ampliaram os usos da paisagem e configuraram diferentes maneiras de políticas da paisagem (Ribeiro, 2018). Com a transformação do conceito em dispositivo de regulamentação urbana, o aspecto bucólico deixou de ser uma exclusividade e passou a coexistir com uma dimensão normativa. Como essa adoção do conceito é reflexo de tradições e entendimentos muitas vezes conflitantes, diferentes ideias e concepções de paisagem têm estruturado normativas urbanas relacionadas a proteção patrimonial, a gestão ambiental ou as reformas urbanísticas (Caetano; Rosaneli, 2019; Checa-Artasu, 2020; Melo Filho; Silva Filho, 2021; Reis et al., 2022).

Essas utilizações contemporâneas não recusam o aspecto visual da paisagem, mas reconhecem o caráter estético como central para o exercício da política. Como compreendemos a política como o exercício do encontro e da prática de convencimento do outro mediado por regras socialmente compartilhadas em espaços delimitados (Arendt, 1998), consideramos que no período contemporâneo a paisagem se transformou em um recurso político, isto é, um instrumento mobilizado por grupos políticos para influenciar nas decisões da coletividade. Esse instrumento é, contudo, essencialmente visual, pois determinadas ações políticas contemporâneas são realizadas a partir da fisionomia estabelecida do encontro entre organização espacial dos objetos com as representações coletivamente consolidadas.

Nesse sentido, estamos de acordo com Maciel e Barbosa (2021) de que as novas dinâmicas paisagísticas não apagam o caráter visual atribuído ao conceito, mas renovam os entendimentos pela articulação de composições específicas por grupos no exercício da ação política. Ao considerar a dinâmica visual através do reconhecimento da complexidade dessa experiência, a paisagem deixa de ser apenas uma vista pitoresca e pacífica que esconde conflitos e disputas para torna-se, ela própria, um conflito constituído por objetivos políticos variados. Assim, a paisagem perde seu caráter unicamente passivo da tradição renascentista de apenas expressar processos a partir de suas formas e passa a ser o próprio elemento ativo das disputas contemporâneas.

O segundo aspecto limitante das críticas operadas contra a tradição visual da paisagem diz respeito a escala atribuída ao conceito. Os comentários feitos ao longo do século XX partiram de um entendimento de paisagem como vinculada a ideia de panorama, isto é, uma vista ampla capturada por um observador neutro a partir de um ponto elevado. Ao ser associada aquilo que a vista distanciada alcança, a paisagem expressaria uma visão de conjunto ordenado, facilitando o reconhecimento de uma fisionomia específica dos lugares. Para os críticos do caráter visual, o entendimento da ideia de paisagem enquanto panorama impediria a compreensão de outras escalas, impossibilitando a análise tanto de fenômenos globais quanto de fenômenos subjetivos.

Ao contrário dessas críticas, consideramos paisagens como um jogo de articulação de escalas operadas a partir de diferentes composições materiais e simbólicas existentes no espaço. Essas diferentes escalas não omitem os aspectos políticos do conceito, mas são orientadoras das ações dos grupos atuantes no espaço geográfico. Compreendemos, portanto, que dinâmicas paisagísticas são constituídas a partir de paisagens panorâmicas da grande escala e nas paisagens recônditas da pequena escala geográfica.

Assim, a permanente tensão entre proximidade e distância destacada por Wylie (2007) não constitui uma diferenciação dicotômica entre as paisagens operadas por atores no exercício da política, mas sim uma relação entre visualidades panorâmica e recônditas. Como tomamos a paisagem como uma encruzilhada de elementos materiais e simbólicos capazes de mobilizar grupos e orientar decisões políticas a partir das diferentes “maneiras de olhar” (Maciel, 2005), ela se configura a partir da posição de onde se toma esse olhar em relação a uma configuração espacial específica.

A organização material de objetos naturais e culturais arrolados em imagens ou distribuídos materialmente no espaço pode, então, estabelecer paisagens panorâmicas ou de grande escala, muitas vezes utilizadas para a construção de geossímbolos a partir da afirmação de um conjunto unitário (Vasconcelos; Maciel, 2016; Moura, 2019). São as paisagens das grandes praças, largos de igrejas, monumentos relacionados as figuras históricas, edificações públicas, muros e objetos demarcadores de fronteiras, grandes avenidas, etc. São lugares onde a maneira de olhar coletivamente consolidada é possível a partir de pontos distanciados que buscam reforçar o caráter harmônico da vista. Para autores de abordagens morfológicas, quando essa configuração espacial é organizada pelo Estado constitui um tipo de paisagem política (Jackson, 1984; Sanguin, 1984).

Porém, espaços não panorâmicos também configuram dinâmicas visuais, chamadas por Maciel e Vasconcelos (2020) de paisagens recônditas. Consideramos as paisagens recônditas ou de pequena escala o resultado visual dos espaços tornados pouco visíveis onde diferentes maneiras de olhar se constituem a partir da proximidade. São as paisagens dos becos, dos ordenamentos urbanos impedidores de olhares distanciados ou dos lugares que apresentam concepções estéticas pouco favoráveis para os interesses dominantes e são amiúde mobilizados por grupos considerados destoantes. A relação de proximidade torna-se uma obrigatoriedade para a contemplação das intencionalidades paisagísticas em função da composição dos objetos que impede o olhar afastado ou mesmo pela ausência de imagens capturadas, impondo um deslocamento espacial para a realização da observação.

Tanto as paisagens panorâmicas quanto as recônditas são alvos de mobilizações políticas por parte de grupos instituídos ou insurgentes, com estratégias de mobilizações variáveis em função das maneiras de olhar. No âmbito das paisagens panorâmicas, os representantes das instituições públicas estimulam intervenções materiais ou produzem representações simbólicas com caráter perene, visando consolidar uma forma de governamentalização dos espaços.

Como comentamos em outros momentos, a inserção de novos elementos na paisagem panorâmica tem sido orientada a partir de argumentos estéticos mais palatáveis para as elites políticas e econômicas dos lugares (Brito, 2019; Melo Filho, 2021). Por outro lado, as manifestações de grupos insurgentes em paisagens panorâmicas assumem caráter efêmero como principal característica, sendo classificadas como atos de violência ou vandalismo. Como buscam, muitas vezes, explicitar situações de injustiça frente aos poderes instituídos, essas manifestações em lugares simbólicos das cidades são rapidamente controladas ou apagadas. Os exemplos envolvendo a estátua de Borba Gato ou do Monumento às Bandeiras, em São Paulo, com rápida recuperação das obras realizadas por lideranças paulistas, são relevadores da importância desses panoramas para determinados setores (Brito; Cadena, 2022; Valverde, 2018).

Nas paisagens recônditas a dinâmica se inverte. Ações de grupos insurgentes assumem o caráter perene, resistindo às transformações do tempo ou sendo constantemente atualizadas por movimentos sociais. É o caso de manifestações artísticas contestatórias localizadas em áreas de menor visibilidade, como determinados grafites resistentes em muros de áreas centrais das cidades. Já as mobilizações de paisagens recônditas por grupos instituídos são pautadas geralmente para a construção de representações que atribuem sentidos muitas vezes negativos a determinadas áreas, visando sua futura utilização por agentes econômicos relevantes (Cadena, 2021).

Esse jogo de mobilizações da paisagem reforça a contemporaneidade do caráter visual do conceito. Ao mesmo tempo, indica como a tensão clássica entre distância e proximidade apontada por Wylie (2007) constitui um persistente elemento chave para a compreensão das dinâmicas políticas. Ao ser transformada em recurso para diversos grupos, distintas paisagens políticas são constituídas por atores interessados em orientar a agenda política. O conflito, portanto, deixa de ser apenas expresso de forma passiva através da paisagem e passa a ser a própria maneira de olhar o espaço, isto é, a própria paisagem.

Buscamos com os exemplos a seguir superar leituras que tentaram de forma infrutífera diminuir a relevância do caráter visual das dinâmicas paisagísticas e destacar como a paisagem orienta ações dos grupos interessados no exercício da política. Nesse sentido, compreendemos que os exemplos envolvendo o Farol do Mucuripe, em Fortaleza (CE), e os casos da Pequena África, no Rio de Janeiro (RJ), contribuem para o reconhecimento de dinâmicas políticas contemporâneas pautadas nas maneiras de olhar o espaço.

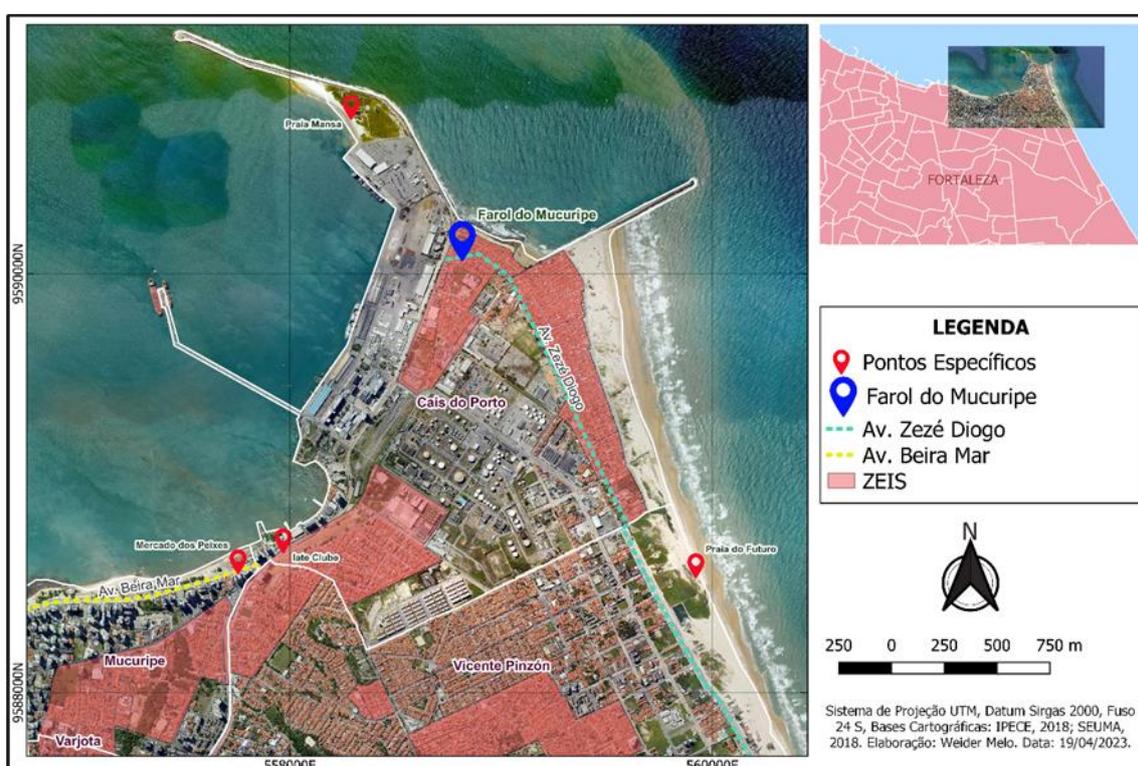
### Luzes no Farol no Mucuripe: Paisagem panorâmica, patrimônio e direito à cidade

Construído no período do Segundo Reinado, o Farol do Mucuripe tem importância estratégica para a cidade de Fortaleza (CE), contribuindo com a consolidação do Porto do Mucuripe e o desenvolvimento da cidade no período de expansão da produção de algodão, orientando as embarcações envolvidas na comercialização de produtos e pessoas. A relevância histórica para o desenvolvimento da cidade foi reconhecida nos anos 1980, com o tombamento em nível estadual pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Ao incluir o Farol na lista de bens acautelados pelo poder público, o governo do Estado do Ceará contribuiu com a permanência daquela forma na cidade. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma paisagem panorâmica, mobilizada por instituições públicas como geossímbolo da cidade e do Ceará.

Contudo, no período contemporâneo, a localização do Farol e seu tombamento tornaram-se entraves para os processos de reprodução do espaço urbano. Compondo o complexo de estruturas relacionados ao Porto do Mucuripe, o patrimônio se encontra na intersecção de ao menos duas práticas urbanísticas conflitantes. A primeira, é caracterizada por um processo de reestruturação urbana empreendido por diversos setores econômicos e políticos interessados em conectar os principais pontos turísticos da cidade: a Leste do Farol, a Praia do Futuro é local com infraestrutura de serviços turísticos e de alimentação; a Oeste do Farol, a Avenida Beira Mar apresenta significativa rede hoteleira, além de atrativos paisagísticos e comerciais. A segunda prática urbanística é exercida pelos moradores de Zonas Especiais de Interesses Social (ZEIS) localizadas no entorno imediato do Farol e tem como principal característica a prática de diferentes resistências frente ao processo de reestruturação na busca por manter suas moradias nas proximidades do mar (Mapa 01).

Mapa 1 - Localização do Farol do Mucuripe no centro de práticas urbanísticas distintas



Fonte: organização dos autores

Nesse jogo de práticas urbanísticas distintas a paisagem panorâmica do Farol do Mucuripe passou a ser mobilizada por grupos instituídos e insurgentes. No âmbito dos grupos instituídos, as diferentes propostas de revitalização do Farol seguem a lógica de produção de uma representação negativa da área como justificativa para as intervenções. O poder público passaria a atender demandas da sociedade civil pela recuperação de um objeto simbólico, porém, a partir da categorização dos usos locais como negativos, irregulares, ambientalmente graves e prejudiciais para o próprio bem tombado. A alternativa para a revitalização do Farol passaria, com base nesse discurso, pela remoção dos moradores do entorno.

Uma das representações recentes a apresentar a área do entorno do Farol do Mucuripe como um problema a ser resolvido pelo poder público foi construída pela Prefeitura de Fortaleza, em 2006, no âmbito do Projeto Orla. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de alternativas para a

solução de conflitos das áreas litorâneas da cidade, visando o uso sustentável da faixa praial para as práticas turísticas.

No documento do Projeto Orla, a caracterização da área destaca que no entorno do Farol “[...] o que era antes uma praça, hoje se encontra ocupado por barracos.”, sendo uma tendência para o local “[...] a verticalização das unidades habitacionais. Depreciação da área com a baixa qualidade de vida e dos serviços públicos existentes. Desqualificação do Patrimônio Histórico (Farol do Mucuripe) e ocupação mais intensa do seu entorno” (Fortaleza, 2006, p.88-89). O documento utiliza como recurso explicativo algumas imagens que caracterizam o Farol como encoberto por moradias populares, sendo necessárias ações de remoção das residências do entorno para garantir a permanência da paisagem panorâmica (Figura 1, imagens A e B).

**Figura 1** - Diferentes propostas de revitalização do entorno do Farol do Mucuripe buscam fortalecer a paisagem panorâmica



Fonte: Imagens A e B (Fortaleza, 2018). Imagem C <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/moradores-questionam-projeto-turistico-que-preve-desapropriacoes-no-entorno-do-farol-do-mucuripe-1.3196272>

Também para o governo do Estado do Ceará a paisagem panorâmica deve ser mantida em busca da conservação dos pontos de vistas possibilitados pela organização material dos objetos constituintes do Farol. Essa necessidade é expressa no Decreto Nº 34.451 de 09 de dezembro de 2021<sup>3</sup>, construído para legitimar a desapropriação das moradias como forma de garantir as visibilidades existentes. O Decreto considera que é de interesse público preservar o acesso ao bem tombado e conservar a visibilidade original da faixa marinha. Junto ao Decreto, uma imagem de projeto arquitetônico foi divulgada, apresentando o Farol de forma distanciada e ao centro, envolto por uma praça e ausente das populações que habitam no entorno imediato (Figura 1, imagem C). É interessante destacar que as moradias no entorno não impedem a visibilidade do Farol, pois a construção se encontra em terreno elevado, cercado por um muro que funciona como barreira para a expansão de moradias populares.

Observa-se, portanto, que a paisagem panorâmica tem sido não apenas mobilizada pelos grupos instituídos para a realização de determinadas práticas urbanísticas, mas defendida através da construção de representações. É a partir do discurso do retorno a uma paisagem do passado que se justifica as intervenções para avançar nas propostas de reestruturação urbana. As propostas, porém, assumem um viés hierarquizado e de pouca observação das demandas locais, já que classificam os habitantes do entorno como problemas para a fruição da paisagem do Farol.

Grupos não incluídos nas decisões públicas e diretamente afetados por essas representações têm mobilizado a paisagem panorâmica do Farol do Mucuripe em suas pautas. A busca, porém, assume sentidos contrários às formas dos poderes instituídos, já que eles destacam justamente o caráter conflituoso da paisagem em questão.

Diversos coletivos organizados nas diferentes ZEIS existentes no entorno do Farol do Mucuripe recorrem à paisagem panorâmica como local de visibilidade de suas pautas. A Comissão Titanzinho,

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/12/Lei-no-17.823-de-10.12.21-que-altera-a-Lei-no-17.364-de-23.12.21.pdf>

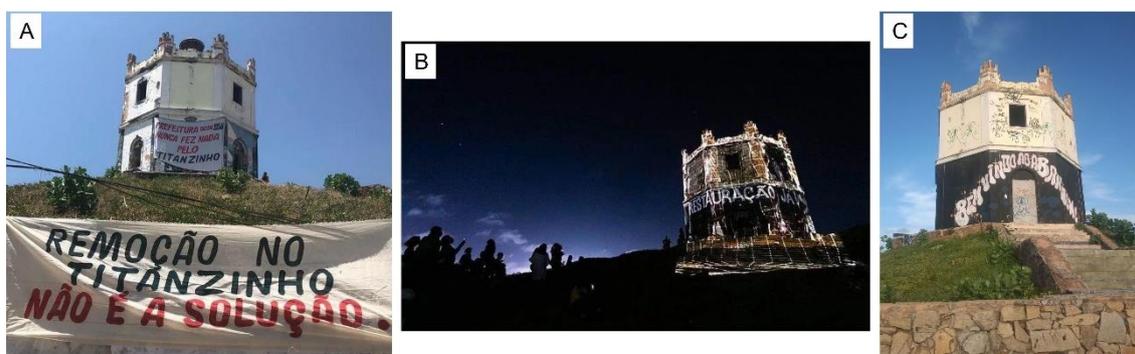
o Coletivo Serverluz de AudioVisual, se articulam com instituições do terceiro setor como o Acervo Mucuripe e o Instituto Três Mares para reivindicar melhorias nos serviços públicos e o direito à cidade<sup>4</sup>.

De forma recorrente, as intervenções desses grupos utilizam a paisagem panorâmica como tela de suas reivindicações. Se apropriam, assim, das próprias características materiais e simbólicas do espaço para chamar atenção às pautas de seus interesses. Na figura 2, o conjunto de imagens apresenta a manifestação contrária ao Decreto de remoção dos moradores da área (imagem A), uma ação artística de *vídeo mapping* celebra os 150 anos do Farol e demanda o restauro de suas formas (imagem B) e uma manifestação artística do tipo grafite chama atenção para as contradições envolvendo o abandono do Farol ao grafitar “bem-vindo ao abandono” na edificação patrimonializada (imagem C).

Com exceção da manifestação em grafite, todas as ações têm caráter efêmero e mobilizam a paisagem panorâmica como estratégia para conferir destaque aos conflitos existentes envolvendo a própria paisagem. Para esses grupos insurgentes, contrários às representações e decisões governamentais, a paisagem panorâmica constitui-se como um recurso para conferir amplitude às pautas e reivindicar o direito à cidade, isto é, demandar sua participação nas decisões da gestão urbana.

Assim, a área do entorno do Farol torna-se um espaço político de reivindicação das ações governamentais, onde os moradores do entorno se apropriam da organização espacial ampla que possibilita a visão ao bem tombado e, ao mesmo tempo, do caráter simbólico da edificação. Conquistam, assim, a atenção da mídia local e expandem suas pautas para toda a cidade de Fortaleza<sup>5</sup>.

Figura 2 - Mobilizações da paisagem panorâmica por grupos insurgentes



Fonte: Imagens A e B, Instagram do Acervo Mucuripe. Imagem C, capturada pelos autores em trabalho de campo.

### Paisagens recônditas e paisagem panorâmica: lógicas paisagísticas opostas na região da Pequena África

Embora a denominação “Pequena África” já existisse e fosse atribuída ao sambista Heitor do Prazeres (Moura, 2022), sua popularização ocorreu dentro de um movimento de resistência à ação de agentes públicos e privados voltados para o branqueamento territorial da zona portuária do Rio de

<sup>4</sup> O tema do direito à cidade começou a ser discutido a partir do trabalho de Lefebvre (1991) e tem sido desenvolvido por diversos autores, como no trabalho de David Harvey (2014). Nesse texto, direito à cidade é compreendido como a disputa pelo exercício pleno da cidadania e participação nas orientações da agenda política de uma determinada localidade.

<sup>5</sup> Diversas são as notícias jornalísticas sobre a situação do Farol do Mucuripe. Como exemplo pode-se consultar <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/moradores-questionam-projeto-turistico-que-preve-desapropriacoes-no-entorno-do-farol-do-mucuripe-1.3196272>

Janeiro (Santos, 2019). A partir dos anos 2000, a região formada pelos bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo tem sido alvo de projetos de “revitalização” e “recuperação” por parte do poder municipal com o objetivo de modernizar e incentivar o desenvolvimento econômico.

O Plano “Porto Rio”, iniciado em 2001, trouxe à tona um forte debate sobre o processo de ocupação territorial da zona portuária, pautando as ações no reconhecimento da presença de migrantes portugueses e espanhóis como basilares para conformação do sítio (Guimarães, 2014). No mesmo plano, seções desse território, habitadas por estratos sociais empobrecidos, majoritariamente negros e nordestinos, carregavam a pecha de perigosas, vazias, mal frequentadas e violentas, justificando, assim, empreendimentos que levariam a diferentes transformações da paisagem.

O plano da prefeitura gerou uma forte reação por parte desses moradores da área e do movimento negro carioca em geral. Grupos distintos reivindicaram o reconhecimento de sua presença na conformação do sítio, destacando a área como local de recepção e venda de pessoas escravizadas durante a vigência do comércio negreiro atlântico e ponto de manifestações culturais e religiosas. Esses aspectos já tinham sido reconhecidos no âmbito estadual, com o tombamento da Pedra do Sal em 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Os grupos, então, lutaram pela positivação das narrativas sobre o negro na constituição da memória e identidade nacional, na qual a região da Pequena África ajudaria a materializar a presença de homens e mulheres nesse enredo.

Nos anos seguintes, a perspectiva do movimento negro ganhou força com diferentes descobertas arqueológicas, como o Cemitério do Pretos Novos e do Cais do Valongo, contribuindo para a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Negra<sup>6</sup>, resultando na inclusão da presença negra nos discursos oficiais. Nesse espírito, a prefeitura iniciou um processo de adesão desse discurso em planos e projetos voltados para a área e contribuiu para que a Pequena África carregue uma narrativa de valorização da cultura negra, caracterizando-se como local de resgate das memórias sensíveis relacionadas a escravidão.

Percebemos a existência de dois padrões paisagísticos distintos na Região Portuária do Rio de Janeiro. De um lado, temos ruas estreitas e ruelas, com casas modestas que atestam a organização urbana pretérita ao bota-abaixo<sup>7</sup> de Pereira Passos, ocupações irregulares em área densamente povoada constituída por becos e ladeiras, dispostos no Morro da Conceição e se espraiando até as cercanias do morro da Providência. Temos, assim, um complexo de paisagens recônditas com tamanhos e proporções modestas. De outro lado, nos arredores imediatos da Pequena África, nos deparamos com uma conformação arquitetônica oposta, estruturada a partir da avenida Orla Prefeito Luís Paulo Conde (Orla Conde) ou Boulevard Olímpico, constituindo uma paisagem panorâmica criada durante as obras de adequação da cidade para as Olimpíadas de 2016. Nessa área, antigos armazéns portuários refuncionalizados em equipamentos culturais, prédios da administração pública e de empresas privadas, bem como equipamentos culturais como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio na Praça Mauá, o AquaRio e a Roda Gigante do Rio de Janeiro são interligados pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Dispostos em uma grande avenida, essa organização espacial conforma

<sup>6</sup> Estabelecido na lei Nº 8105 de 20 de setembro de 2018, o circuito reconhece a presença negra na paisagem da Região Portuária como forma de contribuir com debates científicos, educacionais sociais e turísticos. O texto de criação do circuito está disponível em <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/629646654/lei-8105-18-rio-de-janeiro-rj>

<sup>7</sup> Expressão usada para se referir as reformas urbanas promovidas durante a gestão do prefeito Pereira Passos no final do século XIX e início do século XX, responsável pela demolição de centenas de prédios nas ruas centrais da cidade. A ação tinha como argumento práticas higienistas e de modernização sendo marcada pela remoção de populações negras e a construção da principal avenida do Rio de Janeiro naquele momento: a avenida Central, atual avenida Rio Branco (Abreu, 1987).

uma paisagem panorâmica, onde as visadas à distância dos objetos não são apenas possíveis, mas desejadas pelos atores instituídos (Mapa 02).

Mapa 2 - Perímetro da Pequena África e Adjacências



Fonte: Organização dos autores

Essas duas morfologias constituem diferentes paisagens mobilizadas por distintos grupos em suas manifestações de acordo com seus interesses, poder político e econômico. Nesta perspectiva categorizamos a região tradicional da Pequena África como um conjunto de paisagens recônditas, onde suas estreitas ruas povoadas de residentes e transeuntes animam um patrimônio cultural com dimensões físicas modestas e ordinárias, como a Pedra do Sal, os prédios do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) e do Instituto dos Pretos Novos (IPN). Na Pequena África, a paisagem não é possível de apreensão em perspectiva, na medida que os arranjos espaciais impossibilitam a observação do todo. Assim, encontramos uma paisagem que só pode ser contemplada de perto, *in loco*, em um enquadramento necessariamente próximo que produz uma série de manifestações perceptíveis apenas na pequena escala geográfica. Enquanto isso, na Orla Conde, encontramos uma paisagem panorâmica ou da grande escala, menos densa e projetada para ser admirada em distanciamento e transmitir um sentido de harmonia, longe de possíveis conflitos.

Além dos componentes materiais marcantes da paisagem, podemos observar a presença de manifestações urbanas que utilizam dessas distintas morfologias simbólicas como suporte. Em ambos os recortes espaciais, encontramos grafites e diferentes manifestações de arte urbana (lambas, pixações e stencil) como marcadores paisagísticos com forte apelo visual que se expressam de modo distintos em termos de cores, tamanhos, temáticas e técnicas, arregimentando diferentes atores e promotores.

Na Orla Conde é possível encontrar grafites muralistas realizados por artistas consagrados, geralmente convidados por organizações públicas e privadas, como o de Eduardo Kobra, realizado a convite do Comitê Olímpico Internacional. A obra de 2.500m<sup>2</sup>, intitulada "Mural Etnias" (figura 3), segundo seu autor, buscou representar os cinco continentes através da figura de rostos "típicos" de

diferentes grupos<sup>8</sup>. Com essa e outras obras, a Orla Conde se apresenta como uma verdadeira galeria à céu aberto, já que praticamente não restam muros em branco e aparentemente não há uma disputa entre grafiteiros pela paisagem. Além disso, como a configuração espacial panorâmica da área impossibilita pontos de não visibilidade e conta com constante vigilância do poder público, não são encontradas pixações, grafites alterados, apagados ou sobrepostos, mantendo o caráter pacífico da paisagem.

**Figura 3** - Paisagem panorâmica em construção. As dimensões morfológicas amplas permitem o estabelecimento de olhares harmônicos



Fonte: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/veja-programacao-de-shows-e-atracoes-no-boulevard-olimpico.html>

Nota-se que esses grafites inseridos na lógica panorâmica se destacam na escala geográfica grande e são imbuídos de uma pretensa monumentalidade, devido suas enormes proporções e investimentos requeridos. Se por um lado se enquadram bem na conceituação de Valverde (2017) ao se tornarem um “alto lugar da cultura” e, por isso, perderem seu caráter transgressor por sua institucionalização pelo Estado e incorporação em ações do setor privado, por outro lado, eles produzem um tensionamento proposto a partir de temáticas produtoras de reflexão sobre as lutas e desejos de grupos minoritários.

Assim, ao mesmo tempo que esses grafites deixam de causar impacto enquanto manifestação artística, passam a ser valorizados mais por seu valor estético do que pela mensagem, assumindo na paisagem panorâmica uma função distinta daquelas pensadas para esse tipo de expressão artística, voltada, originalmente, para uma perturbação da paisagem pela alteração das estruturas existentes.

Esse caráter pode ser observado a partir das homenagens a grupos historicamente invisibilizados e/ou rejeitados em nossa sociedade na paisagem panorâmica da Orla Conde. O grafite "Mulher Petroleira, Mulheres do Brasil", representando uma mulher negra na função de petroleira, foge do padrão de representação desse tipo de categoria, geralmente retratada pela figura masculina, branca e heterossexual. Outros grafites que homenageiam atletas refugiados e o movimento LGBTQIA+ vão na mesma direção ao retratar temas considerados polêmicos e/ou transgressores (Figura 4, imagem A e B).

<sup>8</sup> Informação disponível em <https://www.eduardokobra.com/projeto/26/etnias>

**Figura 4** - Grafites panorâmicos na Orla Conde, apesar de valorizados por suas qualidades estéticas, contestam determinados temas da sociedade Brasileira



Fonte: Imagem A Fonte: <https://vejario.abril.com.br/programe-se/porto-maravilha-painel-grafite-genero>; Imagem B: Imagem capturada pelos autores em trabalho de campo

Assim, a paisagem panorâmica da Orla Conde também se torna um local de constituição de uma paisagem política, pois os artistas convidados contestam em suas obras estruturas consolidadas na sociedade e propõem alterar a agenda política em relação a representatividade das minorias no Brasil.

Com relação a Pequena África, selecionamos três pontos de maior destaque para analisarmos a arte urbana presente na região, são eles: Pedra do Sal, Largo São Francisco da Prainha e Cais do Valongo. Nessa área, espacialmente organizada em becos, com ruas estreitas e pouco controladas pelo poder público, formam-se paisagens recônditas propícias a atuação de artistas urbanos menos consagrados.

A Pedra do Sal tem se configurado como epicentro desse tipo de manifestação, sendo possível encontrar centenas de grafites de diferentes tamanhos, técnicas e cores. Podemos observar também que em relação as temáticas há uma predominância de representações de elementos da cultura afro-brasileira, como a figura de Zumbi dos Palmares, Anastácia, Tia Ciata, representações de homens, mulheres negras e de Marielle Franco (Figura 5). Ao contrário dos grafites observados na Orla Conde, na Pedra do Sal a manifestação artística assume um caráter efêmero, com uma densidade de representações sobrepostas e apagadas ao longo do tempo, expondo uma disputa pela paisagem e uma constante renovação de suas mensagens. A concorrência pelos muros, porém, parece respeitar o grafite de Zumbi, constituído como um verdadeiro símbolo do local e presente há alguns anos na localidade.

**Figura 5** - Grafites em áreas não panorâmicas disputam a paisagem na Pedra do Sal



Fonte: Imagens capturadas pelos autores em trabalho de campo

Nas proximidades do Cais do Valongo e no Largo da Prainha é observada uma presença mais difusa da arte urbana, com variados tipos de expressão artísticas e características dos muros utilizados. Em frente ao Largo da Prainha encontramos cinco grafites em um muro baixo e comprido onde foram retratadas personalidades negras, como o de Tia Lúcia, Dandara, Mercedes Baptista, Tereza de Benguela e Nelson Mandela (Figura 6, imagem A). No Cais do Valongo, o reforço da narrativa negra na área é mantido. A obra “A Sereia”, do artista Ronildo Rocha, produzida no estilo da xilogravura, chama a atenção ao demarcar a entrada de um beco em um muro com outras obras relacionadas às personalidades locais (Figura 6, imagem B e C).

**Figura 6** - Na imagem A, no Largo da Prainha, diferentes personalidades negras atualizam a identidade da Pequena África. Nas imagens B e C, no Cais do Valongo, grafites estabelecem paisagens recônditas.



Fonte: Imagens capturadas pelos autores em trabalho de campo

Podemos afirmar que os grafites da região da Pequena África, em especial dos três pontos analisados, estabelecem uma lógica oposta em relação àqueles da Orla Conde. As dimensões dos grafites são menores e sujeitas a rasuras e alterações a todo o momento.. A dimensão dos becos e ruas impede uma compreensão dessas manifestações em conjunto ou na perspectiva distanciada, destacando-se, assim, os possíveis conflitos e disputas entre os próprios artistas, que sobrepõem e alteram as obras de artes. Na Orla Conde, ao contrário, as temáticas são variadas, não possuindo um padrão específico, mas um estilo artístico comum, com predominância dos grafites muralistas, financiados por agentes privados, que precisam ser observados em pontos distanciados e omitem disputas existentes nos processos de construções narrativas.

Assim, a análise dos grafites nesses diferentes recortes espaciais demonstra as estratégias, atores e intenções de ação no espaço que podem corroborar narrativas já existentes ou criar significações e formas de delimitar grupos sociais nos recortes paisagísticos panorâmicos e recônditos.

## Conclusão

Novas práticas são constituídas a partir da paisagem no mundo contemporâneo. Se durante um longo período a concepção pictórica que associava o conceito ao panorama bucólico e pacífico foi suficiente para satisfazer determinadas utilizações da paisagem, atualmente, o entendimento da paisagem ganha outros contornos e tem sua polissemia ampliada para as ações políticas.

Apesar destas novidades, o caráter visual ainda permanece significativo nas práticas paisagísticas. Renovam-se, então, os entendimentos que vinculavam o conceito de paisagem à ideia de um panorama ausente de conflitos e vista capturada a distância. Se essa visão foi evocada para destituir a relevância do conceito nas diversas renovações da geografia ao longo do século XX, as

dinâmicas contemporâneas mostram aos geógrafos como o caráter visual paisagístico vai além das composições de grande escala de um cenário.

Nesse sentido, como discutimos através dos exemplos do Farol do Mucuripe, em Fortaleza (CE) e na Região da Pequena África, no Rio de Janeiro (RJ), paisagens panorâmicas assumem sentidos e orientam práticas distintas para os grupos que as mobilizam. Assim, a paisagem panorâmica é pertinente artifício para articular fatores históricos e sociais às localizações de significativa visibilidade. Tanto no Farol do Mucuripe quanto na área da Orla Conde, temas sensíveis para as cidades foram acionados pelos envolvidos na construção de diferentes maneiras de olhar.

Nas paisagens recônditas o direcionamento do olhar é realizado para elementos específicos. Obstruídas para o olhar em amplitude, a paisagem recôndita é possível de observação em momentos particulares, já que esses ambientes se constituem em lugares do medo ou rejeitados por investimentos públicos, convocando trabalhos futuros sobre as relações de temporalidade com as paisagens políticas. Na Pequena África e suas adjacências, grupos com poder econômico e grupos historicamente excluídos mobilizam a paisagem através dos grafites. Os primeiros têm acesso às paisagens panorâmicas, próprias para uma grande exposição e publicização, enquanto o segundo, inicialmente sem poder de escolha de seleção de áreas de acesso, cria diferentes estratégias de ocupação e visibilidade, podendo atualizar discursos sobre determinadas áreas.

Em ambos os casos analisados, a paisagem assume um papel ativo na realização de práticas urbanísticas dos diferentes grupos, tornando-se recurso político da contemporaneidade. Assim, se não é mais um cenário que destaca as diferenças, como proposto por abordagens tradicionais da geografia, ela tampouco é apenas uma expressão superficial dos conflitos existentes no espaço, como pensada por diferentes críticas ao longo do século XX. Agora, a paisagem é, ela mesma, disputada pelos diferentes, constituindo-se no próprio conflito.

## Referências

- ABREU, M. de A. (1987) *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar.
- ARENDT, H. (1988) *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BARBOSA, D. T. (2020) *Ver, estar e ser (n)a paisagem: cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BENEDIKTSSON, K. (2007) "Scenophobia", *Geography and the aesthetic politics of landscape*. *Geografiska Annaler*. 203–217. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0467.2007.00249.x/abstract>>. Acesso em: 4 jun. 2023
- BESSE, J.-M. (2006) *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva.
- BESSE, J.-M. (2014) *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj.
- BRITO, M. V. (2019) *Patrimônio consagrado e paisagens insurgentes: disputas por cidadania e visibilidade em Olinda (PE)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BRITO, M. V.; CADENA, D. (2022) Paisagem política: novas maneiras de olhar e agir nas metrópoles brasileiras. *GEOUSP*, v. 26, n. 3, e-195605, dez. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/195605>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.195605>.pt
- CADENA, D. (2021) IGEPAC-Bela Vista e o tombamento do Teatro Oficina: Representação, governo e contestação no Bixiga. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 51.
- CAETANO, F.; ROSANELI, A. (2019) A paisagem no Plano Diretor Municipal: uma reflexão sobre sua referência na legislação urbanística dos municípios paranaenses. *Eure, Santiago*, v. 45, n. 134, p. 193-212. doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612019000100193>.
- CAUQUELIN, A. (2007) *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins.
- CHECA-ARTASU, M. M. (2020) Onde está a paisagem nas políticas ambientais e territoriais do México? *Confins*, n. 44. doi: <https://doi.org/10.4000/confins.27294>.
- COSGROVE, D. (1998) *Social formation and symbolic landscape*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- COSGROVE, D. (2004) Landscape and Landschaft. *Bulletin of the GHI*, v.35, p.55-71.
- DIEGUES, A. C. (2008) *O mito moderno da natureza intocada*. 6. Ed., São Paulo: HUCITEC, 199p.
- FORTALEZA. (2006) Prefeitura Municipal de Fortaleza. Projeto Orla Fortaleza. Fortaleza.
- GOMES, R. S. (2018) *Atafonias: sentidos da paisagem em uma comunidade de pescadores do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018-03-19. Disp. em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/881325.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2023
- GUIMARÃES, R. S. (2014) *A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- JACKSON, J. (1984) *Discovering the vernacular landscape*. New Haven, CT: Yale University Press.
- LACOSTE, Y. (1977) A quoi sert le paysage? Qu'est-ce un beau paysage ? *Hérodote*, v. 7, p. 3-41.
- LEFEBVRE, H (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- MACIEL, C. A. A. (2005) Espaços públicos e geo-simbolismos na "cidade-estuário": rios, pontes e paisagens do Recife. *Revista de Geografia, Recife*, v. 22, p. 12-20.
- MACIEL, C. A. A; VASCONCELOS, P. B. (2020) Entre paisagens e panoramas: Fotografia e metáforas visuais. *Espaço e Cultura*, n. 48, p. 137-157.
- MACIEL, C. A. A.; BARBOSA, D. T. (2021) Paisagem. *GEOgraphia*, v. 23, n. 50, 14 jun. 2021.
- MELO FILHO, D. C (2021). Política da paisagem e paisagem política em São Paulo. *Mercator*, v. 20. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20008>.
- MELO FILHO, D. C.; SILVA FILHO, G. H. (2021) Ideias da paisagem nos Planos Diretores do Recife e do Rio de Janeiro. *Espaço Aberto, Rio de Janeiro*, v. 11, n. 2, p. 65-79. doi: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2021.43192>.

- MOURA, R. de A. (2019) A construção de uma memória geográfica para o Brasil: Edgar Jacintho e o sertão do Iphan. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019-07-26. Disp. em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/913631.pdf>>. Acesso em 14 de jun. 2023.
- MOURA, R. (2022) Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. São Paulo: Todavia.
- NASCIMENTO, F. R.; SAMPAIO, J. L. F. (2004) Geografia física, geossistemas e estudos integrados da paisagem. *Revista da casa da geografia de Sobral*, v. 6, n. 1, p. 21.
- OLWIG, K. (2002) *Landscape, nature, and the body politic: from Britain's Renaissance to America's New World*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- PONTE, P. (2020) As paisagens-grafite como experiências do habitar. *Geograficidade*, v. 10, n. Especial, p. 278-294.
- REIS, G. A.; SILVA FILHO, G. H.; SILVA, P. T.; RIBEIRO, R. W. (2022) A paisagem no ordenamento urbano brasileiro: a produção de leis da paisagem no Recife e no Rio de Janeiro entre 1950 e 2019. *Revista Espaço e Geografia*, v. 24, n. 2, p. 197-222. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40280>>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- RIBEIRO, R. W. (2018) A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. In: FIDALGO, P. (Org.). *A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. v. 5. p. 155-170.
- RIBEIRO, R. W. (2020) Paisagem. In: IPHAN (Org.). *Dicionário do Patrimônio Cultural*. Brasília: Iphan. v. 1. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/92/paisagem>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. D.; CAVALCANTI, A. P. B. (2002) *Geoecologia da paisagem: uma visão geossistêmica da análise ambiental*. Fortaleza: EDUFC.
- SANGUIN, A.-L. (1984) Le paysage politique: quelques considérations sur un concept résurgent. *L'Espace Géographique*, v. 13, n. 1, p. 23-82. doi: <https://doi.org/10.3406/spgeo.1984.3889>.
- SANTOS, M. (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M. (1997) *Metamorfose do Espaço Habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 5a ed.
- SANTOS, R. E. (2019) Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: SÁNCHEZ, F.; MOREIRA, P. C. (Org.). *Cartografias do conflito no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 12-27.
- THIËSSE, A.-M (2014). As identidades nacionais: um paradigma transnacional. In: DEL GADIO, R. S.; PEREIRA, D. B. (Org.). *Geografias e ideologias: submeter e qualificar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 33-65.
- TORRES, M. (2019) Os sons da paisagem: entre conceitos, contextos e composições. *Geograficidade*, v. 8, n. Especial, p. 141-154.
- VALVERDE, R. R. H. F. (2017) Os limites da inversão: a heterotopia do beco do batman, São Paulo. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 37, n. 2.
- VALVERDE, R. R. H. F. (2018) O sentido político do Monumento às Bandeiras, São Paulo: condições e oportunidades para a multiplicação de narrativas a partir da transformação do espaço público. *PatryTer*, v. 1, n. 2, p. 29-40. doi: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.10117>.
- VASCONCELOS, P. B.; MACIEL, C. A. A. (2016) No mais entranhado da cidade: imagens e espacialidades dos becos no Centro Histórico do Recife. *Espaço e Cultura*, n. 39, p. 117-138, 2016.
- WYLIE, J. W. (2007) *Landscape*. London: Routledge, 2007.